

Estados podem aumentar o mínimo, lembra especialista

Páginas 4 e 5

Tasso Jereissati preside audiência sobre a MP que reajustou o salário mínimo para R\$ 260



J. Freitas

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.932 – Brasília, quarta-feira, 12 de maio de 2004

Acordo de lideranças deve garantir votação de nove MPs



Gerardo Magela

Plenário do Senado pode decidir até terça-feira sobre as medidas provisórias que trancam a pauta

A decisão foi tomada ontem em reunião de lideranças partidárias com o presidente do Senado, José Sarney, que comunicou o acordo ao Plenário. A primeira medida provisória – que autoriza a contratação de médicos peritos para o INSS – será examinada hoje. Diversos projetos prioritários para o governo poderão ser votados após a liberação da pauta.

ENTENDIMENTO Líderes dos partidos governistas e da oposição reúnem-se com o presidente do Senado

Página 5

Comissão ouve Funai hoje sobre conflito

Coordenador da Funai em Rondônia depõe na comissão externa sobre questões fundiárias.

Página 8

CPI da Terra visitará Pernambuco

Disputas entre fazendeiros e sem-terra levam parlamentares a Pernambuco.

Ciro: sem recursos, Sudene e Sudam não serão recriadas

Página 3

Sarney lança coletânea de ensaios



Gerardo Magela

O presidente do Senado, José Sarney, autografou na noite de ontem *Crônicas do Brasil Contemporâneo*. Coletânea de ensaios publicados na *Folha de S. Paulo* entre 1998 e 2002, a obra, em dois volumes, foi lançada pela Girafa Editora. Conforme Sarney, os artigos são subsídio para quem acompanha o cotidiano do país.

HISTÓRIA Sarney autografa obra para o ministro Nelson Jobim, do STF

Página 6



Roosevelt Pinheiro

AVANÇO Ideli cita pesquisa que mostra a recomposição do mercado interno no país

Ideli comemora crescimento das vendas na indústria

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que aponta recuperação da atividade industrial, puxada pelas exportações. Ela comemorou o fato de as variáveis pesquisadas no primeiro trimestre de 2004 terem apresentado desempenho superior em relação ao mesmo período do ano passado.

As vendas em março, segundo a senadora, cresceram 3,45% em comparação com fevereiro. Este é o terceiro trimestre consecutivo em que ocorre a expansão das vendas no Brasil, disse Ideli, mencionando que a pesquisa identifica ainda um início de recomposição no mercado interno do país.

A senadora também explicou que Cristovam Buarque (PT-DF) não esteve presente na votação da MP dos bingos por estar participando de reunião da Unesco sobre erradicação do analfabetismo. Ela revelou que, como líder, foi comunicada, e que a Mesa do Senado forneceu a autorização para o parlamentar se ausentar do país.

Agenda

Plenário examina projeto que cria carreira de perícia médica

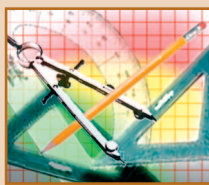
Acordo entre lideranças deve permitir a votação de medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta do Plenário. O primeiro item a ser votado na sessão de hoje, às 14h30, é a proposta (PLV 26/04) que cria a carreira de perícia médica da Previdência Social e

dispõe sobre a remuneração da carreira de supervisor médico pericial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 9h45, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Comissão ouve coordenador da Funai em Rondônia

A reunião da Comissão Especial que discute a questão da demarcação das terras indígenas, marcada para ontem, foi transferida para hoje, às 10h. Os senadores realizam audiência pública com o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Rondônia, Walter Bloss. Ele fala sobre o embate entre garimpeiros e índios cintas-largas.

Conselhos de Arquitetura e Urbanismo em análise na CAS



A criação de conselho federal e de conselhos regionais de Arquitetura e Urbanismo, prevista no projeto (PLS 347/03) do senador José Sarney (PMDB-AP), é tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje às 10h.

Entre os convidados, estão os presidentes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Wilson Lang, e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Haroldo Pinheiro, além do urbanista e ex-governador do Paraná Jaime Lerner.

Celso Amorim fala sobre inspeções na usina de Resende

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (foto), participa de reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado. O ministro fala sobre a proibição do governo à inspeção por membros da ONU às instalações de enriquecimento



de urânio em Resende (RJ), entre outros assuntos. Participa ainda da reunião o ministro da Defesa, José Viegas, que discute o contrato assinado entre a Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Defesa sobre a reengenharia do processo de gestão nas Forças Armadas.

Mantega e Amir Lando discutem mínimo

A comissão mista que discute a proposta de salário mínimo definida pelo governo federal (MP 182/04) realiza a segunda audiência pública para debater a possibilidade de um aumento maior que o proposto. Participam da reunião o ministro do Planejamento, Guido Mantega, e o ministro da Previdência, Amir Lando.



Na CCJ, Farmácias Populares

Em discussão hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), às 10h, projeto (PLC 30/03) que cria as Farmácias Populares, que venderiam remédios por preços tabelados, principalmente os genéricos. Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota três requerimentos apresentados pelos senadores.

Subcomissão de Turismo

A Subcomissão de Turismo promove reunião hoje, a partir das 18h30. O colegiado examina nota técnica da Consultoria Legislativa do Senado com propostas para o desenvolvimento do binômio turismo-transporte aéreo no Brasil. Na ocasião também será discutido o plano de trabalho da subcomissão.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Morieira Matiz

ECONOMIA Estagnação é uma das causas do mau resultado, afirma Efraim Morais

Efraim registra queda do Brasil em ranking de competitividade

Ao opinar sobre a divulgação de anúncios que comparam o desempenho do governo Lula com o governo anterior, o senador Efraim Morais (PFL-PB) disse que a conclusão da campanha publicitária patrocinada pelo PT, de que o país estaria pior se administrado por Fernando Henrique, não corresponde à constatação feita por organismos internacionais. O parlamentar citou como exemplo pesquisa do instituto IMD, da Suíça, que registra queda do Brasil no ranking da competitividade internacional.

Segundo ele, em 2002, no fim do governo Fernando Henrique, o Brasil ocupava a 37ª posição entre as 60 economias avaliadas pela sua competitividade. No ano passado, primeiro ano do governo Lula, o país passou para a 52ª colocação e este ano caiu para o 53º lugar.

– É o caso de se perguntar, como o garoto-propaganda do PT na TV: “O Brasil está melhor ou pior?”. Caiu, em um ano e meio, nada menos do que 16 posições no ranking da competitividade internacional – afirmou Efraim.

A avaliação do IMD, explicou ele, considerou como fatores para a queda da performance brasileira a falta de eficiência na administração pública e a estagnação da economia. O senador disse ainda que, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o diretor do IMD, Stephane Garelli, afirmou que o governo, em vez de provar para a comunidade internacional que é responsável, precisa satisfazer as necessidades dos brasileiros.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) observou que o Brasil piorou no governo Lula. Ele lembrou ainda que nem sequer as promessas de campanha foram cumpridas.

Ciro explica fim de urgência para recriar Sudene e Sudam

Ministro afirma que ainda não há garantia de que novos órgãos contarão com recursos estáveis

O governo retirou o pedido de urgência para tramitação dos projetos que recriam as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) porque ainda não há garantia de que as novas entidades contarão com recursos estáveis para apoiar suas políticas de desenvolvimento regional. A explicação foi transmitida ontem pelo ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O ministro disse que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que vincula recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com

uma receita prevista de R\$ 2,3 bilhões este ano, acabou pulverizado nas negociações com os governadores para compensar a extinção dos incentivos fiscais pela reforma tributária. "Vinte e três dos 27 estados irão partilhar esses recursos. Se isso resolvesse, eu seria o primeiro a apoiar. Mas como está é um equívoco", afirmou **Ciro Gomes**, avaliando que a pulverização não ajudará a solucionar nem a crise fiscal dos estados e nem a recriação das autarquias.

Ciro assumiu que a iniciativa de retirar a urgência, em se-

tembro do ano passado, foi dele, depois de uma conversa com o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, e argumentou que está tentando restaurar a concepção original das propostas para viabilizar as superintendências.

– Minha opinião é de que não vale a pena criar instituições que possam sofrer descontinuidade orçamentária. Já temos os exemplos da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que vamos extinguir.



CAUTELA **Ciro Gomes** informa aos senadores da CAE que partiu dele a iniciativa de retirar a urgência para tramitação dos dois projetos

Senadores criticam atraso na decisão

Durante os debates na Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro **Ciro Gomes** ouviu duras críticas dos senadores nordestinos em relação ao atraso do governo para ressuscitar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e implementar suas políticas de desenvolvimento regional.

O autor do pedido da audiência com o ministro, senador **César Borges** (PFL-BA), disse que o governo só está piorando as desigualdades regionais com o ajuste imposto às contas públicas federais. **Borges** afirmou que apenas 4,1% das verbas orçadas foram executadas pelo Ministério da Integração Nacional no ano passado, e que até abril deste ano isso corresponde a quase zero (so-

mente 0,1%).

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a atuação do governo e acusou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de privilegiar a Região Sudeste. **Sérgio Guerra** (PSDB-PE) sugeriu o fechamento imediato da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Ciro Gomes chamou a atenção para o que vem ocorrendo com a Adene, sem nenhuma carta consulta até agora, e os R\$ 3,6 bilhões do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) que estão "ociosos" no Banco do Nordeste (BNB).

O ministro disse a **Jonas Pinheiro** (PFL-MT) que o governo deverá editar ainda esta semana a medida provisória que garante a equalização de R\$ 1

bilhão de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), assegurando ao tomador as condições facilitadas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. **Jonas Pinheiro** afirmou que a MP está parada na Casa Civil.

Em resposta a **Garibaldi Alves Filho** (PMDB-RN), **Ciro** destacou que o projeto das parcerias público-privadas vai viabilizar iniciativas como o asfaltamento da Cuiabá-Santarém (BR-163), cuja obra será financiada inteiramente por recursos privados. O ministro foi questionado ainda por **Ney Suassuna** (PMDB-PB), **Lúcia Vânia** (PSDB-GO), **Ana Júlia Carepa** (PT-PA), **Mão Santa** (PMDB-PI), **Rodolpho Tourinho** (PFL-BA), **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG) e **Leonel Pavan** (PSDB-SC).



COBRANÇA Durante reunião da CI, presidida por **José Jorge** (C), senadores pediram mais investimentos no setor de transportes

Infra-Estrutura aprova novos diretores do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) acolheu ontem, por unanimidade, mensagens presidenciais indicando os técnicos **Alexandre Silveira de Oliveira** para diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e **Hideraldo Luiz Caron** para compor a diretoria da entidade.

A indicação de **Alexandre de Oliveira** foi relatada por **Valdir Raupp** (PMDB-RO), enquanto **Sérgio Guerra** (PSDB-PE) relatou a mensagem sobre **Hideraldo Caron**.

O presidente da CI, **José Jor-**

ge (PFL-PE), disse que apresentou projeto liberando a comissão da atribuição de analisar as indicações para diretores do Dnit. O parlamentar argumenta que se trata de órgão subordinado diretamente ao Executivo, e por isso não considera necessária a aprovação dos nomes pelo Senado.

Ney Suassuna (PMDB-PB), **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG), **Maguito Vilela** (PMDB-GO), **José Maranhão** (PMDB-PB) e **Leonel Pavan** (PSDB-SC) defenderam maiores investimentos na infra-estrutura de transportes no país.

Indicação de Trindade para CVM vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação do advogado **Marcelo Fernandez Trindade** para ocupar a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seguindo parecer do senador **Fernando Bezerra** (PTB-RN). A mensagem vai agora à deliberação do Plenário.

Durante a sabatina do indicado, **Ney Suassuna** (PMDB-PB) indagou se a CVM possui arcabouço legal adequado para controlar operações decorrentes de *inside informations* (informações privilegiadas) e fazer valer o direito dos acionistas minoritários. **Trindade** avaliou que a legislação brasileira é uma das mais modernas do mundo, garantindo poder de

polícia para o órgão punir os infratores.

Já **Paulo Octávio** (PFL-DF) protestou contra a localização da sede da CVM no Rio de Janeiro. **Sérgio Cabral** (PMDB-RJ) e **Roberto Saturnino** (PT-RJ) defenderam a permanência do órgão no Rio, lembrando o "insucesso" ocorrido no passado quando o governo tentou fazer a transferência. O indicado afirmou que a CVM possui um grande escritório em São Paulo, onde está a maioria dos seus fiscais e a área de acompanhamento de mercado, e mantém um escritório em Brasília. **Trindade** também foi sabatinado pelos senadores **Flávio Arns** (PT-PR) e **Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE).



APREENSÃO Para **Garibaldi Alves**, nova Sudene pode nascer desprestigiada

Garibaldi lamenta indefinição sobre autarquia do Nordeste

O senador **Garibaldi Alves Filho** (PMDB-RN) lamentou, em Plenário, as indefinições que continuam a cercar a reabertura da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Segundo **Garibaldi**, o ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, informou, durante a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, que a autarquia não será mais um

órgão executor, atuando apenas no planejamento e orientando as ações de outras instituições no Nordeste. O parlamentar teme que ao revitalizar a Sudene, nesses termos, a instituição volte a experimentar o desprestígio e o esvaziamento vividos no passado.

– Creio que devemos ter uma política de desenvolvimento regional sustentada, consolidada, pois não

podemos voltar aos últimos anos da década de 1980, quando a prioridade passou a ser o combate à inflação, o equilíbrio das contas externas e a promoção do ajuste fiscal.

Garibaldi se mostrou preocupado com a "ânsia" dos estados em compensar as perdas decorrentes do fim da guerra fiscal com apropriação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Também dis-

se estar apreensivo diante de indefinições quanto à implantação de parcerias público-privadas, especialmente no Nordeste.

Em aparte, o senador **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG) lamentou a demora do governo em dar andamento aos projetos de concessão para estradas federais, afirmando que o Executivo não faz nem deixa a iniciativa privada recuperar as rodovias.

SALÁRIO MÍNIMO

Economistas recomendam reajuste maior

■ Consultor da FGV diz que governadores podem propor às assembleias aumento do piso salarial

Está nas mãos dos estados brasileiros, disse ontem o consultor da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Néri, o aumento imediato do salário mínimo em cada região do país. Em audiência pública promovida pela comissão mista criada para analisar a Medida Provisória 182/04, que elevou o valor do mínimo para R\$ 260, ele observou que a legislação atual permite que, na prática, se amplie o aumento do menor salário que se paga no país aos trabalhadores em atividade.

Desde o último governo, recordou o consultor, os governadores estaduais podem propor às assembleias legislativas o estabelecimento de pisos salariais para as suas próprias unidades da Federação. Ele citou o Rio de Janeiro e o Rio Grande

do Sul como exemplos de onde a inovação já vem sendo posta em prática.

– Para os que acreditam que o piso do mercado de trabalho pode ser mais alto do que o atual salário mínimo, já existe legislação cabível – afirmou Néri durante a audiência. Para ele, o governo deveria apostar, como medida complementar ao reajuste do mínimo, na ampliação de benefícios como o bolsa-família, que, a seu ver, combatem mais diretamente a pobreza em todo o país.

Por sua vez, o economista Márcio Pochmann recordou, durante o debate, que o salário mínimo nacional pago em 1960 era três vezes superior ao atual, em termos de poder de compra. Na sua opinião, a queda paulatina do valor real do mínimo passou a ocorrer quando, a partir de 1964, o salário deixou de ser visto como instrumento de combate à pobreza e à desigualdade para servir como instrumento de ajuste fiscal e combate à inflação.

Professor licenciado da Uni-



SUGESTÃO Marcelo Néri (em pé), da Fundação Getúlio Vargas, fala à comissão

versidade de Campinas (Unicamp) e secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura de São Paulo, Pochmann defendeu a realização de amplo levantamento sobre o valor ideal do salário mínimo, capaz de realmente suprir as necessidades básicas de cada trabalhador, como foi idealizado pelo então presidente Getúlio Vargas. Uma segunda pesquisa, na sua opinião, deveria indicar com quanto poderia viver um traba-

lhador aposentado, cujas necessidades, como compra de medicamentos, por exemplo, seriam diferentes das de um trabalhador na ativa.

Ainda na audiência, o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, salientou que o Estado assumiu desde a Constituição de 1988 o pagamento de novos tipos de benefícios assistenciais atrelados ao salário mínimo. Atualmente, disse, 20 milhões de pessoas recebem benefícios de até um

salário mínimo, número quatro vezes maior ao registrado em 1987. Com isso, alertou, foram reduzidas as disponibilidades para investimentos públicos e despesas em áreas como a da saúde.

Ao observar que a Previdência tem sido apontada como a “grande vilã” no debate sobre o reajuste do salário mínimo, o presidente da Associ-

ação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip), Marcelo Oliveira, afirmou que outros pontos têm ficado fora do debate, como o fato de a Previdência incluir em sua contabilidade os R\$ 20 bilhões pagos atualmente aos aposentados rurais, contra uma contribuição de apenas R\$ 1,6 bilhão. Também participou da audiência o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Resende Lima.

Rodrigo Maia apresenta relatório amanhã

O relator da comissão mista que analisa a medida provisória (MP 182/04) que elevou o salário mínimo, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), disse que apresentará seu relatório amanhã, com proposta baseada na realidade das contas do país. Mas adiantou que parlamentares de todos os partidos defendem um maior valor para o salário mí-



Jereissati: comissão vai fazer análise isenta das fontes de recursos

nimo que varia, conforme explicou, entre R\$ 265 e R\$ 330. Portanto, na avaliação do deputado, há uma vontade dos membros do Congresso Nacional de priorizar reajuste maior do salário mínimo.

Na avaliação do presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), os trabalhos da comissão demonstraram o espírito com que a medida provisó-

ria será avaliada pelo Congresso. “Vamos buscar a análise isenta nas mais respeitadas e diversas fontes a fim de chegarmos a uma proposta concreta e viável”, afirmou.

Vários parlamentares presentes à reunião defenderam a adoção de metas para o salário mínimo, amparadas em um planejamento técnico antecipado, incluindo fontes de custeio. Para eles, o reajuste do valor do mínimo, anunciado no primeiro trimestre de cada ano, não pode ser a toque de caixa, conforme vem ocorrendo, como observou o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Debate mostra que o salário-família deve mudar

Ficou claro também durante a reunião que o salário-família, pago pela Previdência Social aos trabalhadores com filhos até 14 anos, deve sofrer alterações. O motivo é que, de acordo com dados oficiais, o benefício alcança em média apenas 6 milhões de brasileiros, que se encontram empregados. A medida provisória sugere um aumento da cota paga por filho de R\$ 13,48 para R\$ 20. Trabalhadores cuja remuneração não exceda R\$ 586,19 terão o benefício majorado para R\$ 14,09.

Marcelo Néri, consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), concordou com as colocações dos parlamentares e disse que o salário-família privilegia trabalhadores formais não pobres. Por isso defendeu o fortalecimento do bolsa-família, programa que engloba



Agripino: valor final deve ser baseado na responsabilidade fiscal

vários benefícios destinados a combater a fome e a miséria, como transferência direta de renda e o bolsa-escola.

O senador José Agripino (PFL-RN) lembrou que a intenção da comissão mista é encontrar uma fórmula, baseada na responsabilidade fiscal, desti-

nada a melhorar o salário mínimo, “ainda que seja um pouquinho só”. Por isso, indagou se não seria irresponsabilidade o governo mexer na taxa Selic com a finalidade de ajudar a subsidiar o mínimo. Em resposta, o economista Raul Velloso disse que não. E chegou a prever que o superávit primário não irá diminuir, “havendo perigo de o governo até aumentá-lo”. A saída para custear o salário mínimo, na avaliação do economista, seria a redução nas chamadas despesas permanentes.

Paim destaca espírito de cooperação

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou em Plenário que, na audiência pública realizada pela Comissão Mista do Salário Mínimo na manhã de ontem, nenhum dos economistas ouvidos “se posicionou contra a elevação do salário mínimo”.

O senador assinalou que até mesmo os membros da comissão se mostraram favoráveis a encontrar um caminho para conseguir aumento maior.

– O debate não foi centrado na minha permanência ou não, mas na questão do salário mínimo. Não há cabo de guerra entre oposição e governo. Prevalece o espírito de cooperação – assegurou Paim. Pela manhã, após a audiência, ele já havia dito que estava “feliz da vida” ao ver que os presentes à comissão mista defendiam reajuste maior para o mínimo.

De acordo com Paim, é des-

propositada a discussão em torno da desvinculação do salário mínimo para o cálculo de reajuste das aposentadorias.

– Não há força na Terra que faça um idoso aposentado receber menos do que quem está na ativa – afirmou.

Ele também cumprimentou a Universidade Federal do Paraná por ter optado pela adoção da política de cotas para estudantes negros.

SALÁRIO MÍNIMO

Virgílio contesta avaliação de Ciro sobre cesta básica

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), analisou declarações do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, comparando o poder de compra do salário mínimo e o preço da cesta básica. “O problema é que o ministro fez a comparação de maneira equivocada.”

O senador disse que a comparação de Ciro Gomes induz as pessoas a acreditarem que o poder de compra do salário mínimo aumentou no governo Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao último ano do governo Fernando Henrique Cardoso. “Na verdade, quando a apuração é feita de forma correta, podemos verificar que o que ocorreu foi justamente o contrário”, assegurou o líder.

Com base em dados publicados na coluna da jornalista Tereza Cruvinel, de *O Globo*, Arthur Virgílio assinalou que, de acordo com Ciro Gomes, no oitavo ano do governo Fernando Henrique, o salário mínimo era de R\$ 200 e a cesta básica, segundo o Procon/Dieese, valia R\$ 158,73, gerando uma sobra de R\$ 41,27. “Nos oito anos tucanos, a sobra média foi de R\$ 27; no governo Lula, a sobra média até agora está sendo de R\$ 66”, afirmou o ministro da Integração Nacional



Gerardo Magalhães

PISO SALARIAL Para Virgílio, poder de compra não aumentou em relação ao último governo

à jornalista.

Segundo o senador, Ciro Gomes está correto na ideia de avaliar o poder de compra do salário mínimo pela diferença entre este e a cesta básica, mas o procedimento está errado, pois aponta sobra de recursos sem considerar os efeitos da inflação.

– Em 2004, o presidente Lula só concedeu o aumento do mínimo em maio. O ministro erra porque compara a cesta básica de abril com um salário que só entrou em vigor a partir de 1º de maio. A sobra de recursos em abril de 2004 não foi de R\$ 95, mas de R\$ 75, uma vez que o salário vigente era de R\$ 240 e não R\$ 260 – sustentou o parlamentar.

Heloísa Helena defende reajuste para R\$ 315

Heloísa Helena (sem partido-AL) defendeu emenda de sua autoria à medida provisória (MP 182/04) que reajusta o salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260 a partir de 1º de maio, em que propõe a elevação do piso nacional para R\$ 315,84. Conforme explicou, esse valor propicia a recomposição da inflação acumulada no último ano e um aumento real de 26%, o que garantiria, de fato, que o salário mínimo dobrasse o seu poder de compra até o final do mandato do presidente Lula.

– A minha proposta possibilita que Lula cumpra sua promessa de campanha de dobrar o poder de compra do mínimo.

Diante da receita de R\$ 1,4 trilhão estimada pela União para 2004, a senadora considera possível levantar R\$ 5 bilhões no orçamento, por meio de cancelamento ou remanejamento de dotações, para cobrir

a majoração do mínimo.

– Espero que o Senado tenha vontade e coragem política de viabilizar esse aumento do mínimo com toda a responsabilidade social – afirmou. Heloísa reagiu a críticas de que propor um salário mínimo superior a R\$ 260 seria “demagogia”. “Também vou me sentir no direito de dizer que quem propõe R\$ 260 faz patifaria”, disse.



Roosevelt Pinheiro

OPORTUNIDADE Heloísa afirma que proposta permite a Lula cumprir promessa

Acordo prevê exame de nove medidas provisórias

■ Após desobstrução da pauta, senadores poderão votar projetos e emendas de interesse do governo

Até terça-feira, o Plenário do Senado deve examinar nove medidas provisórias que vêm obstruindo as votações de vários projetos de lei e de emendas à Constituição considerados importantes pelo governo e pela oposição. A decisão de “limpar” a pauta foi tomada ontem, durante reunião de lideranças com o presidente do Senado, José Sarney. O acordo foi comunicado ao Plenário pelo próprio Sarney.

A primeira medida provisória – MP 166, que autoriza a contratação de médicos-peritos para o INSS – será votada hoje. As outras serão apreciadas nas sessões de amanhã e da próxima terça-feira. Superada essa fase, serão votadas as proposições prioritárias para o governo federal: o projeto da nova Lei de Falências (PLC 71/03), a reforma do Judiciário (PEC 29/



Gerardo Magalhães

ENTENDIMENTO Decisão de “limpar” a pauta foi tomada ontem pelas lideranças, em reunião com o presidente do Senado, José Sarney

02), a Lei de Biossegurança (PLC 9/04) e o projeto que institui as parcerias público-privadas (PLC 10/04).

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), comemorou o acordo firmado ontem para a votação de medidas provisórias.

– Acho que foi muito bem recebido esse sentimento de que precisamos aprovar algumas leis essenciais para o desenvolvimento do Brasil e para investimentos no emprego. O ambiente é bastante favorável a essa agilidade – afirmou o senador.

Mercadante também disse que, em relação à Lei de Biossegurança, vai negociar com os partidos a adoção de regime de

urgência urgentíssima na tramitação. Havendo acordo, a matéria poderá ser examinada diretamente em Plenário.

O líder do PFL, José Agripino (RN), observou que, para serem votadas as matérias pedidas por Lula, “é preciso que uma enxurrada de MPs sejam apreciadas, algumas delas bem complicadas”. Ele mencionou, por exemplo, as MPs que tratam do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Sobre a questão dos bingos, Agripino propõe que a CCJ reúna todos os projetos em tramitação e, em articulação com a Câmara, produza um texto que evite liminares e propicie o funcionamento possível do jogo.



José Cruz

DEMORA Presidente da CE, Osmar Dias (ao microfone), encaminha pedido de solução para problemas de obstrução da pauta

Comissão protesta contra paralisação de votações

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), enviará ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), documento de protesto dos membros da CE. Os senadores querem soluções para que o trancamento da pauta do Senado devido à demora na votação de medidas provisórias (MPs) não paralise as votações de projetos terminativos das comissões. A decisão de formalizar o protesto foi tomada durante a reunião de ontem, em que nenhum dos 11 itens da pauta da comissão pôde ser votado.

A CE também decidiu encaminhar pedido à Mesa Diretora para agilizar tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de consulta sobre a possibilidade de as comissões votarem projetos terminativos mesmo com a pauta da Casa trancada por MPs.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), presente à reunião, afirmou que a “revolta cívica há de ser de todos nós”, uma vez que tem enfrentado as mesmas dificuldades na CCJ. Lobão afirmou ser preciso encontrar solução para o problema da tramitação das MPs.

Senadores querem mais agilidade

Osmar Dias lembrou que existe no Senado projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) propondo a votação de projetos terminativos pelas comissões, mesmo com a pauta trancada (PRS 16/04). “Se a consulta à CCJ não for suficiente, esse projeto pode ser uma solução”, disse. Osmar lamentou ainda um “hábito” adquirido este ano no Plenário de “só falarem os líderes, cada um até três vezes por sessão”. Os senadores, lembrou, não conseguem “expressar seus pensamentos”.

Flávio Arns (PT-PR) afirmou ser uma pena ver uma comissão da importância da CE há três meses sem deliberar matérias e defendeu que o Executivo seja formalmente informado da preocupação dos senadores. Cristovam Buarque (PT-DF) observou ser preciso discutir como vêm sendo usadas as MPs. Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) disse que o Congresso não analisa devidamente a urgência das medidas provisórias

Sarney autografa coletânea de crônicas

Na Livraria da Travessa, situada no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, o presidente do Senado, José Sarney, autografou na noite ontem *Crônicas do Brasil Contemporâneo*, coletânea de ensaios publicados na *Folha de S. Paulo* no período entre 1998 e 2002. Lançada pela Girafa Editora, a obra, em dois volumes, atesta a aptidão de Sarney para manter-se

entre a política e a literatura.

Os textos sintetizam comentários sobre a história recente do país, com análises sobre os últimos fatos que mudaram o mundo. Na avaliação de Sarney, os artigos reunidos nesses dois volumes revelam a visão ampla de um homem que viveu a política brasileira durante 50 anos. Em sua opinião, esses artigos são um subsídio para quem acompanha o coti-

diano do país, as mudanças históricas recentes e deseja conhecer a visão de um homem que, em meio século de política, viveu esses acontecimentos e não deixou de analisar a história.

Ainda ontem, a convite do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, José Sarney visitou exposição de obras do artista plástico Athos Bulcão.

Augusto lembra o Dia do Parlamento

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) lembrou a passagem do Dia do Parlamento, comemorado em 3 de maio, fazendo uma crítica do trabalho político. Na avaliação do senador, o atual momento político levará os contribuintes brasileiros a perguntarem qual o sentido da representação popular hoje. Para o parlamentar, há um "verdadeiro descalabro" entre o que se paga ao Estado e aquilo que ele devolve em obras, realizações e serviços.

– Que respeito será possível

dedicar aos Parla-mentos e a seus integrantes, quando parece que nós não conseguimos, em muitas ocasiões, nem mesmo equacionar, muito menos resolver, agudos problemas que afligem nossa população? – questionou.

Augusto ainda ressaltou o que chamou de "abastardamento do processo legislativo". Em sua avaliação, tudo



Augusto faz crítica ao trabalho político e à edição de MPs

evidencia que o Poder Legislativo perdeu a capacidade de legislar devido à abundância de medidas provisórias editadas e reeditadas pelo Poder Executivo. O senador destacou o aspecto da relevância e da urgência, pré-requisitos necessários à edição de medida provisória que não estão sendo observados.

Rádio e TV Senado ganham qualidade na Web

Ao vivo, de qualquer parte do país ou mesmo do exterior, é possível acompanhar pela Internet as atividades do Plenário do Senado e as manifestações dos parlamentares. A partir de hoje, a Rádio e a TV Senado podem ser acompanhadas pela Web com mais qualidade de imagem e maior capacidade de conexões simultâneas.

Com o término do contrato original para retransmissão do sinal da TV e Rádio Senado pela Internet, o Prodasen ini-



ciou os estudos para criar as condições de o próprio Senado tornar-se provedor do serviço. O trabalho foi feito e o

serviço, a partir de hoje, já pode ser acionado diretamente a partir da página do Senado na Internet.

Tônia Carrero pede a Sarney apoio a peça

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita da atriz Tônia Carrero, que está comemorando 54 anos de teatro e veio conversar sobre a possibilidade de apoio a um novo projeto, uma peça em que dividirá a cena com o ator Paulo Autran.

Sarney prometeu esforçar-se pela concretização da idéia como uma devida homenagem à atriz, "por tudo que representa para a arte brasileira".

Tônia Carrero lembrou que ela e o senador se conheceram



HOMENAGEM A atriz Tônia Carrero explica ao presidente do Senado, José Sarney, trabalho que vai dividir com Paulo Autran

quando, junto com Autran, apresentou uma peça em São Luís, e Sarney, na época gover-

nador do Maranhão, ofereceu aos atores um espetáculo de bumba-meu-boi.

Arthur Virgílio faz homenagem aos 95 anos da Ufam

Senador lembra que instituição amazonense foi a primeira universidade criada no país

Ao homenagear os 95 anos de existência da Universidade Federal do Amazonas, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a celebração é importante para que o Brasil repense o significado do Amazonas e da Amazônia para o próprio país. Ele lamentou que enquanto existe um grande interesse internacional naquela região, os brasileiros continuam alienados e sem entender o papel estratégico que a Amazônia representa para o Brasil.

Fundada em 17 de janeiro de 1909, a Escola Universitária Livre de Manaus foi a primeira universidade do país. O *Guinness Book* passou a registrar este fato a partir de 1995. Em 22 de outubro de 1913, ela foi rebatizada como Universidade

de Manaus e teve suas atividades oficialmente encerradas, devido ao fim do ciclo da borracha, em 1926. Apenas a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, posteriormente transformada em Faculdade de Direito, continuou atuando, de forma autônoma.

Quando a Fundação Universidade do Amazonas (FUA) foi criada, em 12 de junho de 1962, a partir de lei federal de autoria do então senador Arthur Virgílio Filho, a Faculdade de Direito foi incorporada a ela.

Arthur Virgílio Filho havia apresentado projeto para criação da instituição de ensino superior quando era deputado federal. Seu filho, o senador Arthur Virgílio, foi o autor do requerimento que dedicou a hora do expediente da sessão de ontem às homenagens à universidade.

O reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Hidembergue Ordozgoith da Frota, participou da sessão, acompanhado por professores.

Jefferson se emociona ao recordar salas de aula

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) traçou um histórico da Universidade Federal do Amazonas, cujos 95 anos de fundação foram objeto de homenagem pelo Senado, ontem. Ele lembrou que a instituição cresceu paralelamente à época de opulência do Amazonas, beneficiado pelo ciclo da borracha na primeira década do século passado. Jefferson lamentou que a fase áurea dessa atividade econômica tenha sido efêmera, o que comprometeu também o desenvolvimento da universidade.

Professor licenciado, o senador aproveitou a homenagem para falar da saudade que sente das salas de aula e do ofício de professor universitário.

– Foram 25 anos dando aulas. Gostaria que tivessem sido 50. Tenho enorme nostalgia da sala de aula. Lá era a minha praia. Aqui, algumas vezes sim, outras não. Lá, sempre. Estou político, mas sou professor – disse, emocionado, o senador.



BOAS LEMBRANÇAS "Estou político, mas sou professor", diz Jefferson aos senadores

Jefferson lembrou que sentia prazer em ministrar aulas e que, por isso, não faltava ao trabalho na Faculdade de Direito, onde seu pai também se formou. "Afastei-me da universidade porque, tendo assumido mandato parlamentar, não poderia me dedicar como deveria", frisou.

Maciel destaca seminário sobre João Paulo II



Maciel pede transcrição nos Anais do Senado

O senador Marco Maciel (PFL-PE) comunicou ao Plenário sua participação em seminário sobre os 25 anos do pontificado de João Paulo II, promovido pela Nunciatura Apostólica de Brasília e pela Universidade Católica de Brasília. Os expositores abordaram as várias facetas da obra de João Paulo II e o senador falou sobre política e ética.

Maciel pediu a transcrição nos Anais do Senado de quatro palestras feitas no encontro – do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Ilmar Galvão, do filósofo e professor Tarcísio Padilha, do padre José Carlos Aleixo, professor da Universidade de Brasília e do Centro Cultural dos Jesuítas, e da reitora da Universidade Católica de Brasília, Débora Pinto Niquini.

Capiberibe pede voto contra tortura no Iraque



Para Capiberibe, é evidente a prática de tortura

Requerimento apresentado ontem pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) propõe um voto de censura “à ação das tropas de ocupação do governo dos Estados Unidos da América no Iraque, pelas práticas de humilhação, violência e tortura contra prisioneiros iraquianos, conforme material fartamente exibido pela mídia mundial”.

Na justificativa do requerimento, João Capiberibe argumenta que se tornou evidente a prática de tortura contra prisioneiros iraquianos, admitida pelo próprio governo norte-americano.

– A violação de direitos humanos que tais cenas comprovam afasta-se do comportamento de qualquer tropa de nação civilizada – assinalou o parlamentar.

Projetos de Borges evitam a perda imediata de mandato

Senador esclarece que propostas em exame ajustam a legislação ordinária ao texto constitucional

O senador César Borges (PFL-BA) defendeu ontem, em Plenário, dois projetos de lei de sua autoria estabelecendo que o titular de mandato eletivo denunciado por compra de votos e punido com a cassação, no julgamento em primeira instância, só perderá o cargo após o trânsito em julgado da decisão – quando não há mais possibilidade de recurso.

– Por maiores que sejam as evidências, deve-se presumir inocente qualquer suspeito contra o qual ainda não tenha sido prolatada uma sentença definitiva.

Segundo César Borges, o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já firmou o entendimento de que uma condenação preliminar não tem eficácia ime-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

REAÇÃO César Borges repele críticas feitas pela imprensa às suas propostas

diata. Além de harmonizar dispositivos relativos à cassação de mandato, as propostas ajustam a legislação aos princípios constitucionais da segurança jurídica e da presunção de inocência, sustentou.

Ao responder críticas da imprensa e da sociedade civil aos dois projetos, vistos como tentativas de “impedir a punição

de corruptos, facilitar a corrupção ou criar regalias para os políticos”, César Borges avaliou que elas foram motivadas por desconhecimento, ou interpretação equivocada, ou então por má-fé. Quanto à alegação de que a “morosidade” da Justiça brasileira inviabilizaria a condenação de políticos por compra de votos, o senador questionou se essa demora poderia servir de pretexto para ignorar os princípios fundamentais da Constituição.

César Borges rechaçou ainda comentários de que os projetos de lei foram apresentados em benefício próprio, e negou a existência de qualquer processo contra ele na Justiça Eleitoral. Em apartes, Borges foi apoiado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Cristovam Buarque (PT-DF), Sibá Machado (PT-AC) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Suassuna explica verba para Sergipe

Em discurso da tribuna, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) explicou ontem que, quando estava à frente do Ministério da Integração Nacional, no governo Fernando Henrique Cardoso, uma verba de R\$ 600 mil para a cidade de Simão Dias (SE) só não foi liberada porque o Ministério do Planejamento deixou de autorizá-la. Na semana passada, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acusou Suassuna de ter mandado para outros projetos a verba daquele município.

O debate entre os dois senadores ocorreu depois que Valadares acusou o representante paraibano de tentar prejudicar o senador João Capiberibe (PSB-AP), ao pedir vista de projeto na Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto prevê que parlamentares só perderão o mandato, em processo de crime eleitoral, após a última decisão da Justiça. João Capiberibe, do mesmo partido de Valadares, está recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cassação de seu mandato, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao ouvir a explicação de Suassuna, de que pedira vista por ordem da liderança do PMDB, Valadares disse que retirava a acusação de que o PMDB estaria tentando a perda do mandato de Capiberibe porque o suplente é peemedebista. No entanto, o senador sergipano sustentou ter ouvido de um ex-assessor de Suassuna no ministério que a verba não fora liberada porque o ministro não assinara o convênio com a prefeitura de Simão Dias. Os dois senadores consideraram superado o episódio da discussão áspera em Plenário.



BUROCRACIA Suassuna afirma que recurso não foi autorizado pelo Ministério do Planejamento

– Trata-se de uma das mais bem acabadas peças de molecagem que um jornal poderia produzir.

Maguito afirmou discordar da tese de alguns analistas de que a reação do governo à reportagem teria sido exagerada. Na verdade, segundo ele, a resposta brasileira foi à altura da afronta a Lula, considerado pelo parlamentar um dos mais

importantes e influentes líderes mundiais, e ao povo que o elegeu.

A seu ver, o jornal abriu espaço a invenções quando publicou que os hábitos de Lula estão preocupando o país. A preocupação da sociedade e do presidente seria unicamente a de encontrar caminhos para o crescimento econômico e a geração de empregos, disse ele.



SOLUÇÃO Almeida Lima lembra efeito suspensivo do recurso junto ao tribunal

Para Almeida Lima, propostas não inovam

Para o senador Almeida Lima (PSB-SE), são inócuos os projetos de César Borges (PFL-BA) que impedem a cassação de mandatos pela Justiça Eleitoral antes do trânsito em julgado das decisões. Ele disse que as propostas em nada inovam, já que se verifica essa previsão no direito eleitoral brasileiro.

O senador sergipano afirmou não conhecer uma decisão pela cassação de mandato, proferida em primeira instância, que, objeto de pedido de efeito suspensivo, não tenha obtido o benefício.

Almeida Lima destacou ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC) 54/03, de sua iniciativa, que teria o propósito de “resolver grave problema acerca da legitimidade das eleições do país”.

A PEC introduz alterações no artigo 14 da Constituição, que dispõe sobre o exercício da soberania popular por meio do sufrágio universal e do voto secreto e direto. Inicialmente, Almeida Lima assinalou dispositivo pelo qual qualquer procedimento judicial sobre o processo eleitoral só poderá ser ajuizado até 48 horas após a proclamação do resultado das eleições.

Em seguida, observou que o descumprimento, pela Justiça Eleitoral, dos prazos previstos pela PEC 54/03 implicaria a prática de “crime de responsabilidade”.

Maguito repudia afirmação do NYT sobre Lula

Ao repudiar reportagem publicada no domingo pelo jornal americano *The New York Times*, que fala de suposto abuso de bebidas alcoólicas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que a matéria faz “ilações preconceituosas, falsas e irresponsáveis” sobre o cotidiano do chefe da nação.

– Trata-se de uma das mais bem acabadas peças de molecagem que um jornal poderia produzir.

Maguito afirmou discordar da tese de alguns analistas de que a reação do governo à reportagem teria sido exagerada. Na verdade, segundo ele, a resposta brasileira foi à altura da afronta a Lula, considerado pelo parlamentar um dos mais

importantes e influentes líderes mundiais, e ao povo que o elegeu.

A seu ver, o jornal abriu espaço a invenções quando publicou que os hábitos de Lula estão preocupando o país. A preocupação da sociedade e do presidente seria unicamente a de encontrar caminhos para o crescimento econômico e a geração de empregos, disse ele.



AValiação Para Maguito, jornal fez “ilações irresponsáveis, falsas e preconceituosas”

Comissão ouve coordenador da Funai em Rondônia

A comissão externa que trata das questões fundiárias ouve hoje, às 10h, o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Rondônia, Walter Bloss.



Mozarildo preside a comissão externa

A comissão foi criada em 27 de janeiro deste ano por meio de requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Ele justificou sua proposta argumentando que

o Poder Executivo monopoliza a discussão sobre os conflitos entre índios e agricultores.

O senador, que preside o colegiado, disse que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 38/99) estabelecendo a definição de reservas indígenas e ambientais como competência privativa do Senado.

CPI da Terra visita áreas de conflito em Pernambuco

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou em Plenário que integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra visitarão o estado de Pernambuco amanhã e sexta-feira. De acordo com o senador, que preside o colegiado, o requerimento para a visita àquele estado é de Sérgio Guerra (PSDB-PE) e decorre dos recentes conflitos entre fazendeiros e trabalhadores sem-terra. Alvaro informou que a comissão irá a diversos assentamentos.

A CPI investiga a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores e os movimentos de proprietários de terras. Na última semana, a CPI ouviu, no Senado, o depoimento do advogado José Cândido Prunes, que criticou a reforma agrária brasileira.

Sibá elogia postura de Lula diante dos índios

■ Presidente demonstra "segurança e tranquilidade" ao debater reivindicações, afirma senador

Sibá Machado (PT-AC) elogiou a postura do presidente Lula na reunião realizada na última segunda-feira com representantes de diversas etnias indígenas do país e integrantes da Frente Parlamentar de Defesa da Questão Indígena. O senador disse que os índios chegaram ao encontro quase exigindo uma posição imediata de Lula sobre os vários assuntos em pauta.

Os índios de Mato Grosso, segundo Sibá, buscaram uma solução para a liminar da Justiça que os retirou de uma área de conflito. Já os indígenas de



EXIGÊNCIAS Sibá lembra que índios chegaram ao encontro cobrando definição imediata

Rondônia pleitearam a definição sobre a exploração de minérios nas reservas. Representantes de etnias de Roraima cobraram uma decisão sobre a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol.

— Ouvimos do presidente Lula muita segurança e tranquilida-

Fotos: Roosevelt Fimelino

de. Ele garantiu que as questões serão tratadas com todo o rigor possível e de acordo com o que for competência do poder público e do Executivo.

Outro assunto abordado por Sibá foi a reunião marcada para hoje, em Pernambuco, da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que analisa os conflitos de terra que estão ocorrendo no Brasil. Ele afirmou que os senadores e deputados visitarão alguns locais no estado onde há acirramento na disputa pela posse de terras.

Sibá falou ainda sobre reunião que acontecerá na segunda-feira, em Manaus, na qual empresários, parlamentares, representantes de estados e municípios discutirão quais os interesses da Região Norte no debate econômico que o Brasil estabelecerá com a China a partir da visita de Lula àquele país.

João Ribeiro quer Estatuto dos Garimpeiros

O senador João Ribeiro (PFL-TO) voltou ontem a conchamar os demais senadores a se mobilizarem pela deliberação urgente do projeto (PLS 2.844/97) que trata do Estatuto dos Garimpeiros. Ele informou que a proposta, de autoria do então senador João França, aguarda votação na Câmara dos Deputados.

De acordo com João Ribeiro, o estatuto corrigirá na prática "uma grande injustiça" causada pela atual legislação, que beneficiaria muito mais diretamente os empreendimentos de



MUDANÇA Segundo João Ribeiro, estatuto corrigirá "uma grande injustiça"

mineração realizados por empresas e teria levado ao não aproveitamento dos chamados

"garimpeiros de origem".

O senador disse que nesse momento é preciso apoiar as reivindicações da Associação dos Garimpeiros de Serra Pelada do Estado do Tocantins, que luta, em conjunto com outras entidades representativas, para ver os créditos não pagos oriundos de Serra Pelada efetivamente quitados pela Caixa Econômica Federal.

João Ribeiro recomendou que se realize um recadastramento dos garimpeiros que estiveram em Serra Pelada desde o começo da lavra.

ACM cobra assinatura de convênios com a Bahia

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou do presidente Lula a assinatura de contratos entre a Caixa Econômica Federal e o governo da Bahia. A efetivação dos convênios estaria aguardando viagem de Lula ao estado, mas o senador argumenta que há várias obras públicas paradas à espera do dinheiro.

O parlamentar reclamou também da demora na liberação das verbas para o metrô de Salvador, que foi prometida para muito breve pelo minis-

tro das Cidades, Olívio Dutra. O cronograma até agora divulgado estabelece a liberação de R\$ 1 milhão por mês, o que estenderia a construção do metrô por 34 meses.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) negou que o Ceará esteja privilegiado com verbas federais.

Eleições

Antonio Carlos queixou-se ainda de incoerência dos tribunais regionais eleitorais. Ao contrário do que ocorreria em São Paulo, na Bahia o



DEMORA Antonio Carlos afirma que obras estão paradas por falta de recursos

TRE está permitindo que os partidos adversários do PFL se antecipem ao início oficial do período da campanha municipal.



PREJUÍZO Alvaro diz que documento aponta perda de R\$ 1 bilhão para o país

Alvaro pede intervenção federal no Porto de Paranaguá

O estado caótico do Porto de Paranaguá, no Paraná, e os prejuízos sofridos pelos exportadores, e pelo país como um todo, levaram Alvaro Dias (PSDB-PR) a exigir do governo federal a intervenção naquela unidade de embarque e desembarque marítimo. De acordo com o senador, o governo paranaense não está agindo de forma a manter o porto em condições adequadas.

— O governador do Paraná [Roberto Requião] não parece interessado em resolver o problema, porque não quer demitir seu irmão do cargo de superintendente — observou.

Alvaro relatou em seu discurso o resultado da visita de integrantes de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada na Assembléia Legislativa do estado para investigar as condições do porto: depois de visitar o primeiro contêiner, os parlamentares se retiraram indignados com a sujeira que encontraram.

Relatório da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), lido por Alvaro, aponta uma série de irregularidades no porto. Os peritos da Antaq detectaram dificuldades de acesso por falta de dragagem; sujeira nas áreas comuns, em razão da coleta ineficiente de lixo e outros detritos; infestação por ratos nas áreas de armazenamento de grãos; engarrafamento de até 80 quilômetros nas vias de acesso ao porto, entre outras irregularidades. A Antaq constatou que aumentaram as multas por atraso no embarque e desembarque nos últimos meses, levando a um prejuízo de R\$ 1 bilhão para o país, segundo Alvaro.